



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA **REALIZADA EM 04 DE JANEIRO DE 2016**

-----**ACTA NÚMERO 1**-----

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, o Senhor Vogal António Rocha e o Senhor Vogal José Rodrigues. A Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto e a Senhora Vogal Rosa Lopes Costa encontram-se ausentes por motivo profissionais. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena justificou as ausências e deu início à primeira reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----

Ordem do Dia: -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 01/2016 – Cabimentos Semestrais; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 02/2016 – Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para serviços gerais e limpeza de instalações da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas – José Oliveira; -----
- 3 – Proposta de Deliberação N.º 03/2016 – Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para serviços gerais – António Santos; -----

- 4 – Proposta de Deliberação N.º 04/2016 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para serviços gerais e limpeza de instalações da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas – Paulo Santos; -----
- 5 – Proposta de Deliberação N.º 05/2016 – Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para o setor de apoio à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas – Cátia Pereira; ----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 06/2016 – Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para o gabinete de apoio social – Marta Fragoso; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 07/2016 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para serviços gerais e limpeza de instalações da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas – Eduardo Barroqueiro; -----
- 8 - Proposta de Deliberação N.º 08/2016 – Sepultura Nº 99 do Talhão N.º 1 - Concessão a título perpétuo; -----
- 9 – Proposta de Deliberação N.º 09/2016 - Sepultura Nº 333 do Talhão N.º 4 - Concessão a título perpétuo; -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Eu e o Executivo queremos congratularmo-nos pelo fato de a Assembleia de Freguesia ter votado as Grandes Opções do Plano e Orçamento com dois terços dos votos, nomeadamente com os votos a favor do Movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente, do PSD e do PS, dado que o Bloco de Esquerda não compareceu e a CDU votou contra. -----

--- Continuam de baixa médica os trabalhadores Luís Trindade que tem o regresso previsto para dia onze de janeiro, se não requerer mais nenhuma baixa médica, e se regressar iremos, já que ultrapassou os sessenta dias, solicitar uma junta médica. Em relação à trabalhadora Alexandra Sereto que se encontra ainda de baixa médica prolongada, tem junta médica marcada para dia vinte de janeiro. A par disso temos a nossa Técnica Dra. Ana Barata de baixa médica por gravidez de risco e, juntando à licença de maternidade, irá ocupar o ano todo de dois mil e dezasseis, pelo que serão os prestadores de serviço do GAS de Carnaxide a fazer o atendimento em Queijas, assim como o acompanhamento da CSF. -----

--- Quero congratular-me pelas realizações executadas no ano de dois mil e quinze, que nos deixam orgulhosos e com o sentido de missão cumprida. Por outro lado, em relação ao ano de dois mil e quinze, no que respeita às comemorações natalícias, para além da inovação da iluminação natalícia, que julgo que foi do agrado de todos, em Carnaxide, Linda-a-Pastora e Queijas, todos os eventos solidários que decorreram e destinados, em particular, às crianças

e aos seniores e a quem mais precisa, nomeadamente, as famílias registadas no nosso Gabinete de Ação Social com carência social ou económica. -----

--- No âmbito de uma ação estratégica que pretendemos que seja eficaz, o Município de Oeiras transferiu trabalhadores em mobilidade, do mapa de pessoal daquele Município, para a Junta de Freguesia, no âmbito do protocolo de delegação de competências do acordo de execução e contrato interadministrativo, cujo período experimental termina no dia dezassete de janeiro. Já enviámos, no mês passado, as fichas de autoavaliação de cada trabalhador, solicitando que esta Junta de Freguesia proceda, com a maior brevidade, à avaliação dos trabalhadores em período experimental. Aguardamos que a todo o momento o Município proceda às provas de admissão ao concurso de reserva de recrutamento para Assistentes Operacionais qualificados na área de operários, que depois, após a conclusão desse concurso, serão transitados para as respetivas Juntas de Freguesia em mobilidade, por proposta deste Presidente ao Presidente da Câmara, de forma a reduzir o número de prestadores de serviços ao abrigo do IEFP. -----

--- Esteve prevista a realização de uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara e o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras antes do Natal, mas, por motivos de agenda da Santa Casa, não foi possível. A reunião será agendada em janeiro com vista à resolução das questões que nos preocupam, relacionadas com dois trabalhadores do mapa de pessoal da Junta de Freguesia, que se encontram destacados nas Creches e Jardins de Infância da Santa Casa, ao abrigo do protocolo tripartido entre o Município de Oeiras, a Junta de Freguesia e a Santa Casa, dado que uma das funcionárias, conforme já aqui relatado, foi objeto de um procedimento disciplinar e que já deveria ter regressado ao seu serviço, tendo sido impedida pelos serviços da Santa Casa da Misericórdia de retomar funções. Assim como, a Santa Casa também dispensou um trabalhador do mapa de pessoal desta Junta de Freguesia, sem qualquer procedimento disciplinar que legitimasse a dispensa desse trabalhador e que se encontra em casa a aguardar colocação. Com estes dois casos e com outras situações que o Município entende, por via desta Junta de Freguesia já ter reclamado diversas vezes, que o protocolo não está a ser cumprido, foi requerida essa reunião em julho e que aguardamos que seja realizada. -----

--- Resta-me desejar um bom ano com saúde, paz, harmonia, alegria, amor, amizade e felicidade, a todos os presentes, a todos os trabalhadores e colaboradores da Junta de Freguesia, assim como, a toda a Assembleia de Freguesia. Temos umas Grandes Opções do Plano para cumprir e que serão cumpridas e hoje, esta reunião extraordinária visa, exatamente, aprovar alguns procedimentos. -----

--- Quero propor que a primeira reunião ordinária, prevista para a primeira quinta-feira do mês passe para a próxima segunda-feira. Foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a

alteração da data da reunião, de dia sete de janeiro, quinta-feira, para dia onze de janeiro, segunda-feira. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 17 de Dezembro de dois mil e quinze e o dia 03 de Janeiro de dois mil e dezasseis, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 21.554,47 € (vinte e um mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos); em caixa 1.649,02 € (mil seiscentos e quarenta e nove euros e dois cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 23.711,53 € (vinte e três mil setecentos e onze euros e cinquenta e três cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 79.505,50 € (setenta e nove mil quinhentos e cinco euros e cinquenta cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 96.506,38 € (noventa e seis mil quinhentos e seis euros e trinta e oito cêntimos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 1/2015 -----

Conforme deliberação nº 11/2015 e de acordo com a legislação em vigor e o modelo orçamental, o processo de Despesa passa necessariamente pelo cabimento de todas as despesas efetuadas, de contratos estabelecidos e/ou a estabelecer, ou outras pontuais sejam elas com qualquer periodicidade. -----

Neste contexto, é necessário proceder também ao cabimento das despesas que são decorrentes da estrutura de funcionamento normal da instituição. -----

Destas destacam-se entre outras: Vencimentos, Outros encargos obrigatórios com pessoal, Despesas das instalações (Eletricidade, Água, Comunicações, Outros), Seguros, IVA, Outros. - Neste sentido, proponho: -----

1. Proceder ao cabimento das Rubricas e dos respetivos valores do 1º semestre, conforme mapas em anexo; -----
2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 2/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da

República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

Ainda, por agregação, mantém-se em vigor os protocolos de delegação de competências assinados entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, cuja gestão está atribuída a esta Junta de Freguesia. -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, ambos documentos aprovados para 2015, torna-se necessário reforçar a área de limpeza no Mercado Municipal de Carnaxide. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço pela realização de diversas feiras e eventos nestas instalações, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 13 de Janeiro de 2016; -----

- Para desenvolver este serviço está proposta uma pessoa singular, o Sr. José Gonçalves de Oliveira; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,56 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----

- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada, tem cabimento na rubrica 07/01.01.07.99 – Diversas prestações de serviços (GOP/Orçamento de 2016); ----

- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na gestão do Protocolo de Delegação de Competências e subsequente necessidade de prestação de serviço de limpeza do Mercado Municipal de Carnaxide; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea do n.º 1, do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º, o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, com o artigo 113.º, o n.º 1 do artigo 115.º e os artigos 125.º e 126.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro) e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal,

designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----
- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----
- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

- a)** Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b)** Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c)** Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, que se encontra em vigor (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTRFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a

qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014 , de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015 , de 07 de agosto que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas , abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de

serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduzem na limpeza do Mercado Municipal de Carnaxide. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço pela realização de diversas feiras e eventos nestas instalações. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 13 de Janeiro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais.

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e ainda em vigor; -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, José Gonçalves de Oliveira, contribuinte n.º 115 849 556. O prestador de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 3/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

Ainda por agregação mantém-se em vigor os protocolos de delegação de competências assinados entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, cuja gestão está atribuída a esta Junta de Freguesia. -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento, ambos documentos aprovados para 2015, e despacho do Sr. Presidente da CMO, Dr. Paulo Vistas a 15 de Maio de 2015, através do e-mail CMO/GAF n.º 432/2015 e com a assinatura do acordo de execução da delegação de competências com o Município de Oeiras no dia 15 de Maio de 2015, torna-se necessário dotar esta Junta de Freguesia dos meios necessários para cumprimento do acordo de execução. -----

Pela sua natureza, trata-se de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço no que respeita à necessidade de acompanhamento dos trabalhos de limpeza urbana em

Carnaxide, pelo que decorre promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, com experiência de operário especializado, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 13 de Janeiro de 2016; -----

- Para desenvolver este serviço está proposta uma pessoa singular, o Sr. António Augusto Conceição Santos; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,56 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----

- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada, tem cabimento na rubrica 06/01.01.07.99 – Diversas prestações de serviços (GOP/Orçamento de 2016); ----

- A fundamentação da necessidade desta aquisição de serviços assenta no acréscimo de serviço no que respeita à necessidade de acompanhamento dos trabalhos de limpeza urbana em Carnaxide; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, com o artigo 113.º, o n.º 1 do artigo 115.º e os artigos 125.º e 126.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro), e com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, que se encontra em vigor (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTRFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com

exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 35/2014, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de Agosto, Lei n.º 82-B/2014 , de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015 , de 07 de Agosto que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços gerais que se traduzem no acompanhamento dos trabalhos de limpeza urbana. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 13 de Janeiro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais.

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de

Estado para o ano de 2015 e ainda em vigor; -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, António Augusto Conceição Santos, contribuinte n.º 123 420 350. O prestador de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 4/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental.

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, ambos documentos aprovados para 2015, torna-se necessário reforçar esta área de limpeza e serviços gerais. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço pela realização de diversos eventos, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 13 de Janeiro de 2016; -----

- Para desenvolver este serviço está proposta uma pessoa singular, o Sr. Paulo Alexandre Macedo Santos; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 1.937,28 (mil novecentos e e trinta e sete euros e vinte e oito cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----

- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 07/01.01.07.99 – Diversas prestações de serviços (GOP/Orçamento de 2016); -----

- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na necessidade de obter a prestação de serviços de limpeza dos edifícios desta Autarquia, atividade que pela sua natureza consiste num serviço provisório e eventual, sem que o acréscimo de serviço decorra da realização de diversos eventos; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1, e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo

36.º, o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, com o artigo 113.º, o n.º 1 do artigo 115.º e os artigos 125.º e 126.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----

c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, que se encontra em vigor (doravante identificada por "LOE 2015"), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado

para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTRFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP" ; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 - Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 - Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduzem na limpeza dos edifícios desta Autarquia. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço pela realização de diversos eventos. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de três (3) meses, com início a 13 de Janeiro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 15 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -

4 - O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e ainda em vigor; -----

Face ao exposto, propõe-se:

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, Paulo Alexandre Macedo Santos, contribuinte n.º 178 568 422. O prestador de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 - Proposta de Deliberação N.º 5/2015 -----

I - INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

O crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, aliado à procura junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao facto que esta União de Freguesias munuiu-se de diversos apoios diretos que concede ao cidadão, outros apoios por via do Município. -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, ambos documentos aprovados para 2015, nomeadamente na reorganização administrativa de processos, na delegação em Queijas por via da agregação das Freguesias em conformidade com a Lei N.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, torna-se necessário reforçar o setor de apoio à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, nomeadamente na elaboração das atas das reuniões de Assembleia de Freguesia do ano de 2015, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 13 de Janeiro de 2016; -----
- A prestadora de serviços para desenvolver as atividades administrativas, proposta pelo serviço requisitante é a Sra. Cátia Liliana Santos Pereira; -----
- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.300,00 (três mil e trezentos euros) correspondendo ao preço mensal de € 300,00 (trezentos euros); -----
- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 02/01.01.07.99 (GOP/Orçamento de 2016); -----
- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na necessidade de reforço do sector de apoio à Assembleia de Freguesia, nomeadamente para a elaboração das actas da respetiva Assembleia de Freguesia; -----
- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º, o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro) e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP);
- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se

encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos:

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----

c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, que se encontra em vigor (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTRFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei n.º 80/2013 de 28/11; - Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduzem no apoio à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, nomeadamente na elaboração das atas das reuniões de Assembleia de Freguesia. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de onze (11) meses, com início a 13 de Janeiro

de 2016. -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e ainda em vigor; -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços, Sra. Cátia Liliana Santos Pereira, contribuinte n.º 254 041 655. A prestadora de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 6/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

O crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, aliado à procura junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao facto que esta União de Freguesias munuiu-se de diversos apoios diretos que concede ao cidadão, outros apoios por via do Município, encaminhamento para as Entidades Sociais Nacionais e Locais, após um atendimento individualizado e personalizado aos munícipes tem como consequência o trabalho em rede, focado na criação, manutenção e desenvolvimento de parcerias. A par destes apoios, a União de Freguesias dinamiza atividades de lazer e ocupação de tempos-livres especificamente destinadas à população sénior com o objetivo de combater a solidão e o isolamento dos munícipes em idade não ativa e o levantamento de casos isolados de idosos que requerem acompanhamento. -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, ambos documentos aprovados para 2015, nomeadamente na reorganização administrativa de processos, na delegação em Queijas por via da agregação das Freguesias em conformidade com a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, torna-se necessário a prestação de serviços que se traduz no atendimento de serviço social na delegação de Queijas, dada a baixa médica prolongada por gravidez de risco que ocorreu em Dezembro e que se prevê terminar em 8 de Maio de 2016 da técnica superior de serviço social Ana Barata, com o intuito de continuar a contribuir e prestar os serviços

para o bem-estar da população e apoiar a proteção e inclusão social, disponibilizando informação, aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento para efeitos de superação das vulnerabilidades à população carenciada na área geográfica da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas sempre que se revele necessário, e a par destes apoios dinamizar atividades sociais destinadas à população. -----

- A prestação de serviços terá início a 04 de Fevereiro de 2016; -----

- A entidade, para desenvolver as atividades pedagógicas, proposta pelo serviço requisitante é a licenciada em serviço social, Sra. Dra. Marta Filipa Salgado Fragoso; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos euros) correspondendo ao preço mensal de € 1.100,00 (mil e cem euros); -----

- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 05/01.01.07.03 (GOP/Orçamento de 2016); -----

- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se no crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, aliado à procura junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao facto que esta União de Freguesias munuiu-se de diversos apoios direto que concede ao cidadão, outros apoios por via do Município, encaminhamento para as Entidades Sociais Nacionais e Locais, após um atendimento individualizado e personalizado aos munícipes tem como consequência o trabalho em rede, focado na criação, manutenção e desenvolvimento de parcerias; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º, o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro) e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP);

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se

encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----

c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, que se encontra em vigor (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTRFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei n.º 80/2013 de 28/11; - Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços, que se traduzem no atendimento de serviço social na delegação de Queijas, dada a baixa médica prolongada por gravidez de risco que ocorreu em Dezembro e que se prevê terminar em 8 de Maio de 2016 da técnica superior de serviço social Ana Barata, com o intuito de continuar a contribuir e prestar os serviços para o bem-estar da população e apoiar a proteção e inclusão social, disponibilizando informação,

aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento para efeitos de superação das vulnerabilidades à população carenciada na área geográfica da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas sempre que se revele necessário, e a par destes apoios dinamizar atividades sociais destinadas à população. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de quatro (4) meses, com início a 04 de Fevereiro de 2016. -----

4 - O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5 - Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e ainda em vigor; -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços, a licenciada em serviço social, Sra. Dra. Marta Filipa Salgado Fragoso, contribuinte n.º 226 118 410. A prestadora de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 7/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, ambos documentos aprovados para 2015, torna-se necessário reforçar a área de limpeza e serviços gerais das instalações da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, nomeadamente no Cemitério Paroquial desta União das Freguesias. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 13 de Janeiro de 2016; -----

- Para desenvolver este serviço está proposta uma pessoa singular, o Sr. Eduardo António Alegria Barroqueiro; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,56 (três mil oitocentos e

setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----

- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 03/01.01.07.99 – Diversas prestações de serviços (GOP/Orçamento de 2016); -----

- A fundamentação da necessidade da aquisições destes serviços, suporta-se necessidade de reforçar a área de limpeza e serviços gerais das instalações da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, nomeadamente no Cemitério Paroquial desta União das Freguesias; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea do n.º 1, do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º, o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, com o artigo 113.º, o n.º 1 do artigo 115.º e os artigos 125.º e 126.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro) e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o

tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, que se encontra em vigor (doravante identificada por "LOE 2015"), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTRFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

- c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º

84/2015 , de 07 de agosto que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas , abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduzem na limpeza e serviços gerais das instalações da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, nomeadamente no Cemitério Paroquial desta União das Freguesias. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 13 de Janeiro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais.

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e ainda em vigor; -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, Eduardo

António Alegria Barroqueiro, contribuinte n.º 191 537 675. O prestador de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 8/2015 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 626/2015, relativamente ao pedido do Sr. José Carlos Sabino Maria e sua mãe, para concessão a título perpétuo do terreno que constitui a Sepultura N.º 99 do Talhão N.º 1. -----

Na referida sepultura, encontrava-se inumado o corpo do senhor Manuel António Rodrigues, estando o mesmo em condições, tendo sido realizada a exumação no dia 10/01/2012 e as ossadas trasladadas para o Cemitério Municipal de Oeiras, ficando a referida Sepultura vaga para uma nova Inumação ou concessão. -----

No dia 10 de Janeiro de 2012 foi inumado o senhor Fernando Manuel Maria, na sepultura n.º 99 do talhão n.º 1, pai do requerente acima referido. -----

Neste contexto, proponho: -----

1. Que seja concedida a referida concessão da sepultura n.º 99 do talhão n.º 1 a título perpétuo com 2,00mX0,75m e 1,15m de profundidade, ao Sr. José Carlos Sabino Maria, portador do Cartão de Cidadão N.º 05347169 e sua mãe Lucinda Batista Palmira Maria, portadora do cartão de cidadão n.º 08346412. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

9 – Proposta de Deliberação N.º 9/2015 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 02/2016, relativamente ao pedido das Irmãs Missionárias do Espírito Santo, através da legítima representante, Superiora Provincial Maria Glória da Silva Lopes, para concessão a título perpétuo do terreno que constitui a Sepultura N.º 333 do Talhão N.º 4. -----

Na referida sepultura, encontrava-se inumado o corpo da Senhora Maria da Conceição Vieira de Sousa, tendo sido realizada exumação no dia 10/12/2011 e aprofundada na mesma a pedido da Província Portuguesa das Irmãs Missionárias do Espírito Santos. -----

No dia 10 de Dezembro de 2011, foi inumada na sepultura n.º 333 do talhão n.º 4, a senhora Irene da Conceição Silva que pertencia à Província Portuguesa das Irmãs Missionárias do Espírito Santo. -----

Neste contexto, proponho: -----

1. Que seja concedida a referida concessão da sepultura n.º 333 do talhão n.º 4 a título perpétuo com 2,00mX0,75m e 1,15m de profundidade, à Província Portuguesa das Irmãs Missionárias do Espírito Santo, representada pela Superiora Provincial Sra. Maria da Glória da Silva Lopes, portadora do cartão de cidadão n.º 09133249. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 18h30m horas. -----

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Lopes)

O Vogal

(José Rodrigues)

O Vogal

(António Rocha)